



Índice

- 01** [Em Dourados, habitação popular chega também às áreas rurais](#)
- 02** [Caos na Funai de Altamira leva MPF à Justiça mais uma vez contra Belo Monte](#)
- 03** [Indígenas da TI Maró fazem campanha pela demarcação de seu território, no Pará](#)
- 04** ["Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito", afirmam professores indígenas](#)
- 05** [Responsáveis pelo assassinato de líder quilombola no Maranhão precisam ser julgados](#)
- 06** [Assassinatos e Ameaças: Comunidades Tradicionais e Organizações cobram ações do Estado](#)
- 07** [MPF pede que cacique suruí preso no Pará seja solto](#)
- 08** [Urgente: Polícia Federal prende Cacique Elton Suruí no Pará!](#)
- 09** [Mozarildo Cavalcanti manifesta preocupação com condições das rodovias de RR](#)
- 10** [Quilombolas forçam paralisação de atividades da Petrobras em protesto desde último sábado](#)
- 11** [Pesquisa genética revela que DNA de índios botocudos é da Polinésia](#)
- 12** [Nova etapa do censo em área pretendida pelos quilombolas em Palmas](#)
- 13** [Emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR segue para sanção](#)



- 14 Arte indígena Kusiwa vai estampar selo dos Correios
- 15 Acir Gurgacz pede continuidade de obras da rodovia BR 319
- 16 Terror contra os povos indígenas do Ceará
- 17 Aniversário de morte de quilombola serve para lembrar falhas da Justiça
- 18 PF prende cacique Suruí no Pará; família diz que prisão é política
- 19 Linha de Frente: Rose Meire dos Santos Silva, liderança do Quilombo Rio dos Macacos, Bahia
- 20 Disputa por área ocupada por quilombolas é competência da Justiça Federal
- 21 PGR recorre de decisão do STF que anulou demarcação de terra indígena em MS
- 22 Moção apresentada pela ABA e aprovada na Assembleia da ANPOCS, realizada ontem, em Caxambu-MG
- 23 Indígenas treinarão com seleção de tiro com arco do País
- 24 Quadrigêmeas indígenas estão juntas em quarto de maternidade em MS
- 25 Culturas afrodescendente e indígena têm destaque em evento nacional na Bahia
- 26 Tribo da Amazônia nega pertencer ao Brasil e inicia autodemarcação de território
- 27 Deputados tentarão desengavetar CPI da Funai
- 28 Comunidade Xucuru-Kariri recebe escola com completa infraestrutura
- 29 Indígenas, meros espectadores nas concessões de terras
- 30 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO INDÍGENA



Em Dourados, habitação popular chega também às áreas rurais

SÍTIO AGORA MS, 30.10.2014

Já estão preparadas 82 casas, mas a meta do prefeito Murilo é atingir 200 habitações e melhorar a qualidade de vida no campo

A Prefeitura de Dourados prepara a construção de 82 casas para atender famílias moradoras em pequenas propriedades rurais. Essas moradias são do PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), do Governo Federal, e fazem parte da meta do prefeito Murilo de chegar a 200 habitações na zona rural.

Do montante, 16 casas já estão em construção, pela cooperativa Coophaf, com recursos liberados pela Caixa Econômica Federal. 27 moradias têm processos tramitando em fase final na Caixa. 20 dependem apenas de assinatura de contratos e liberação de recursos no Banco do Brasil. Outras 19 estão em análise inicial na Caixa. As habitações estão sendo construídas nos assentamentos Lagoa Grande e Amparo, em propriedades localizadas nos distritos e no cinturão verde ao redor da cidade de Dourados.

O secretário de Agricultura Familiar e Economia Solidária, pasta que cuida do PNHR, Landmark Ferreira Rios, explica que os pequenos agricultores contemplados recebem R\$ 28.500 para o material de construção das casas ou R\$ 17.200 para a reforma, com subsídio de 96%. Ou seja, o contemplado pode pagar a casa em quatro parcelas anuais de R\$ 285, com um ano de carência. No caso da construção, o produtor ainda recebe para ajudar na mão de obra um subsídio de R\$ 6 a 8 mil, dependendo da variação do IOF.

O casal Jorge Luiz Barbosa e Creuza Machado Barbosa da Silva, moradores no sítio Pé de Cedro, na Linha do Potreirito, no cinturão verde de Dourados, é um dos 16 beneficiadas no primeiro lote de casas.

Na tarde de terça-feira eles receberam o secretário, que fazia uma vistoria para verificar o andamento das obras. Jorge e Cleuza disseram a Landmark que estão muito felizes com a casa nova que terão em breve. Eles agradeceram à Prefeitura pela iniciativa de apoiar os pequenos produtores.

A proposta do prefeito Murilo é reduzir também a carência habitacional no campo, melhorando o conforto das famílias, assim como ocorre na cidade, onde ele pretende entregar mais de 6 mil casas populares até o final de sua gestão administrativa em 2016.

É a Prefeitura que faz as inscrições, organiza toda a documentação e faz as gestões técnicas e políticas para viabilizar as casas. Landmark explica que podem se inscrever para o programa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

produtores da agricultura familiar que são assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, como quilombolas, aldeias indígenas, população ribeirinha e, sitiantes que possuam área de até quatro módulos rurais (120 hectares).

Para participar o interessado não pode ter sido beneficiado em programas habitacionais, não ter financiamento imobiliário ativo, não ter restrições no Cadin ou Receita Federal e não ser proprietário de imóvel residencial urbano e rural.

Para se cadastrar, basta procurar a Secretaria de Agricultura Familiar e Economia Solidária, levando RG, CPF, DAP (Declaração de Aptidão ao Produtor) ou relação de beneficiários fornecida pelo Incra e comprovante de residência atualizado. A secretaria fica na Rua José Luiz da Silva com Coronel Ponciano, no bairro Terra Roxa, em frente à Conab. O telefone é 3411 7299.

Caso o produtor não tenha a DAP, pode obter informações de como tirá-la na Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), na Rua Melvin Jones, 1084, na Vila Progresso.



Caos na Funai de Altamira leva MPF à Justiça mais uma vez contra Belo Monte
SÍTIO CIMI, 30.10.2014

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou em Altamira a 22ª ação judicial contra a usina de Belo Monte, pelo descumprimento das condicionantes que deveriam evitar e compensar os impactos da usina às 9 etnias atingidas. A situação da Fundação Nacional do Índio em Altamira é de caos, com metade dos servidores que deveria ter para atender a sobrecarga causada pelos impactos do empreendimento e funcionando em uma sede provisória dentro da Universidade Federal do Pará (UFPA), sem banheiro nem telefone.

Os graves problemas fizeram com que a Fundação reconhecesse, por escrito, ao MPF, que as obrigações com os povos indígenas não estão sendo cumpridas, o que deveria acarretar a suspensão da licença da usina. Mas nenhuma medida concreta foi tomada. Por isso, o MPF quer que a Justiça reconheça a situação e obrigue os réus (governo, Funai e Norte Energia) a concretizar 8 medidas fundamentais, no prazo de 60 dias, sob pena de suspensão compulsória das licenças ambientais. O MPF também pede que não seja concedida licença de operação em caso de descumprimento.

A situação das populações indígenas atingidas por Belo Monte no médio rio Xingu é considerada insustentável pelo MPF. Os compromissos e obrigações previstos desde 2010 para evitar e compensar os impactos não foram cumpridos até hoje. A ação enumera os graves prejuízos.

“Presença constante dos índios na cidade, em locais provisórios e degradantes; ruptura completa da capacidade produtiva e alimentar; conflitos sociais, divisão de aldeias e deslegitimação das lideranças; vulnerabilidade extrema, com aumento do alcoolismo, consumo de drogas e violência sexual contra menores; modificação radical dos hábitos alimentares; surgimento de novas doenças, como diabetes, obesidade e hipertensão; superprodução de lixo nas aldeias; vulnerabilidade das terras indígenas; diminuição da oferta de recursos naturais; conflitos interétnicos; impedimento do usufruto de seus territórios e desestímulo às atividades tradicionais. Esses são apenas alguns exemplos do que Belo Monte representa hoje aos povos indígenas do médio Xingu.”

Uma perícia do MPF no prédio da Funai em Altamira comprovou a situação calamitosa: são apenas 24 funcionários efetivos para atender uma área de quase 6 milhões de hectares, 37 aldeias, 9 etnias e 8 municípios. Como o atendimento de saúde continua precário nas aldeias, dezenas de índios permanecem em Altamira, vivendo nas varandas do prédio provisório. “O espaço físico é exíguo, inadequado e sem manutenção, encravado no meio do campus da UFPA em Altamira, ocupado permanentemente por indígenas alojados nas varandas, por não terem onde ficar em Altamira. Não há sequer um sanitário! O telefone fixo não funciona e quando tem que se comunicar, os servidores têm que usar seus telefones celulares pessoais.

CONT.



Equipamentos insuficientes e obsoletos. Veículos terrestres e aquáticos abandonados, sem manutenção, amontoados na área externa”, diz o laudo pericial do MPF.

Para o MPF, a incapacidade do poder público de obrigar o cumprimento das condicionantes e de, nos casos de descumprimento, aplicar as punições necessárias, levou a Norte Energia a controlar totalmente o processo de licenciamento ambiental. “O empreendedor reescreve suas obrigações e implementa políticas anômalas, sem o devido controle da Funai, incapacitada que está de cumprir sua missão institucional e de fazer valer as normas deste licenciamento”, constata o MPF.

“A Norte Energia recusa-se a cumprir suas obrigações e as reescreve como se soberana fosse. O poder público faz supor que, dentre suas escolhas políticas, inclui-se a opção de desprezo às normas do devido processo de licenciamento. E a Funai se omite de seu dever de proteger os povos indígenas e de fiscalizar a implementação do componente indígena deste licenciamento”, concluem os procuradores da República Thais Santi, Cinthia Arcoverde, Higor Rezende Pessoa, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr, signatários da ação judicial.

Além do caos na sede de Altamira, a insuficiência de recursos impede a Funai de fiscalizar as ações das subcontratadas da Norte Energia para obras na aldeia. Foram enviados operários para as aldeias para construção de casas sem nenhuma supervisão e há denúncias de violência sexual contra indígenas.

As casas não obedeceram nenhum cuidado antropológico para se adequar aos costumes dos povos indígenas e muitas permanecem vazias por serem quentes demais para a região. O MPF teme que, nos próximos meses, novos problemas surjam nas aldeias com o início das obras nas estruturas de saúde e educação, novamente sem supervisão.

“É inegável que, sem as ações indispensáveis para que a região suportasse os impactos de sua instalação, o custo socioambiental de Belo Monte está sendo transferido, de maneira ilegal, aos atingidos. E, considerando que a implementação do componente indígena sempre foi o ponto mais sensível das discussões que se travaram, desde a década de 80, em torno deste projeto, eventual alegação de reserva do possível por parte do governo federal implica no reconhecimento de sua incapacidade para a realização de uma obra com um grau de impacto dessa magnitude. O que importaria o reconhecimento da inviabilidade da usina”, dizem os procuradores da República.

A ação tramita na Vara Federal de Altamira e pede que o governo, a Funai e a Norte Energia sejam obrigados a apresentar, em 30 dias um plano para implementar, em outros 60 dias, as seguintes ações de compensação aos índios pelos impactos de Belo Monte:

1. Definição sobre a locação de sede provisória para a Funai em Altamira;
2. Definição do imóvel para abrigar a sede definitiva da Funai em Altamira, que deverá considerar o vínculo histórico que os indígenas guardam com o imóvel atual, e com a proximidade do rio Xingu;

CONT.



3. Cronograma para as obras de construção da sede definitiva da Funai em Altamira pelo empreendedor;
4. Relatório detalhado, apresentado pela Funai, sobre a demanda de servidores a serem lotados na Funai em Altamira e em Brasília, para que o órgão indigenista esteja capacitado para atuar na região da UHE Belo Monte, que deverá levar em consideração a análise já realizada pela Coordenação Regional;
5. Relatório e cronograma para adequação da dotação orçamentária da Funai em Altamira, de modo a garantir a sua capacidade de ação;
6. Termo de Compromisso, a ser celebrado entre Funai e Norte Energia, ou outro instrumento apto a fazer cumprir o disposto no Parecer Técnico n. 21/ Funai/BeloMonte/2009, consistente em "contribuir para a melhoria da estrutura (com apoio financeiro e de equipe técnica adequada), da Funai, para que possa efetuar, em conjunto com os outros órgãos federais (Ibama, ICMBio, Incra entre outros) a gestão e controle ambiental e territorial da região, bem como acompanhamento das ações referentes ao Processo";
7. Cronograma, apresentado pela União, prevendo a realização de concurso público para contratação de servidores pelo Poder Público para atuar na Funai em Altamira e Brasília, diretamente vinculados ao processo de Belo Monte;
8. Edital de convocação de processo seletivo simplificado, para contratação pela Funai de no mínimo 34 servidores para atuar em Altamira, com recursos repassados pelo empreendedor, o qual deverá contemplar a contratação imediata de funcionários para atuar face à demanda excepcional que o empreendimento de Belo Monte impôs à região, até que sejam contratados servidores públicos efetivos, segundo Plano de Ação e cronograma apresentado pelo Poder Público;

Processo no. 0002694-14.2014.4.01.3903

[Íntegra da ação](#)

[Acompanhamento processual](#)



Indígenas da TI Maró fazem campanha pela demarcação de seu território, no Pará
SÍTIO CIMI, 30.10.2014



Os povos Borari e Arapium, da Terra Indígena (TI) Maró, localizada no Oeste do Pará, começam a campanha "Somos Terra Indígena Maró" para cobrar a demarcação de seu território, que se arrasta há mais de 10 anos. Uma carta, assinada por organizações, entidades e movimentos sociais, será enviada ao Ministério da Justiça e à Fundação Nacional do Índio (Funai).

À margem esquerda do rio Maró, a exuberante vegetação amazônica é território tradicional da população indígena Borari e Arapium, que luta há mais de 10 anos pela demarcação da área. A TI Maró é localizada no município de Santarém, região Oeste do Pará, e reúne cerca de 250 habitantes em três aldeias: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III.

O território mede 42.373 hectares derivados de terras devolutas de competência do estado do Pará, cravado em uma região de alto potencial de recursos naturais e pela diversidade de povos tradicionais. Enquanto o reconhecimento como Território Indígena não se concretiza, as tensões sociais só aumentam com invasores, fazendeiros e madeireiros. Lideranças comunitárias vivem sob ameaça de morte e sofrem violações de direitos humanos fundamentais por defenderem a preservação da floresta.

O processo de demarcação se arrasta desde 2000, quando o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) iniciou os procedimentos para a destinação e delimitação da área. Em 2008 a Funai começou os estudos, afirmando precisar de 50 dias para a conclusão do Relatório de Identificação e Delimitação da Terra que, porém, foi entregue somente em 2010.

Mais de um ano depois, em outubro de 2011, a Funai publicou no Diário Oficial da União a aprovação das conclusões do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Indígena Maró. Com isso a TI passa a ser considerada delimitada e poderia avançar para as próximas etapas do processo demarcatório, o que não ocorreu.

As lutas do povo indígena pelo direito à terra estão presentes em todo o Brasil e têm se acirrado. Em comum, os povos enfrentam como inimigos o agronegócio, a extração ilegal de madeira, a mineração. Sem garantia do território, o clima de tensão e as ameaças de morte são constantes.



"Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito", afirmam professores indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

Com o lema "sem terra não há educação", os professores indígenas fizeram uma manifestação e caminhada até o Palácio do Planalto para entregarem à presidenta Dilma um manifesto exigindo uma educação escolar indígena de qualidade, específica e diferenciada. Também buscam pressionar para que se respeitem e cumpram as obrigações impostas pela Constituição. Durante a caminhada, A Rel entrevistou o Flauberth Guajajara, professor do povo Guajajara, Terra Indígena Pindaré, Maranhão. Confira agora entrevista com o professor indígena, Flaubert Guajajara do Maranhão.



Flauberth, o que você está sentindo neste momento?

A sensação é de ação, de ir à luta, porque a nossa situação tem que melhorar. Estamos lutando porque não há interesse do governo de avançar com os nossos direitos. Não há uma atenção justa à questão indígena, que não é nada boa atualmente no Brasil.

Aonde vocês irão agora?

Nós estamos indo para o Planalto, protocolar um documento direcionado à presidência da República, referente à educação e também fazer a exigência das retomadas das demarcações e desinversões das terras indígenas.

A data de hoje tem a ver com a reeleição da presidenta Dilma?

Pode ter e não ter exatamente. Tem, porque uma vez que a gente também possa ter apoiado a sua reeleição, é certo que a presidenta Dilma também se manifestou por meio de uma carta dizendo que nada na Constituição Federal seria mudado referente aos direitos dos povos indígenas. Então, estamos indo cobrar o que foi dito por ela. Cobrar e exigir não só a palavra dela, mas ações efetivas para que a Constituição seja cumprida.

Como vocês analisam os primeiros quatro anos de governo da presidenta Dilma?

Não houve quase nada de avanços, as mesas de diálogo não foram amplas, o governo resistiu em receber os povos indígenas. Nas poucas vezes que sentamos para dialogar, conseguimos

CONT.



fechar apenas algumas pautas de negociações, mas não adiantou em quase nada, porque essas negociações posteriormente foram descumpridas pelo próprio governo.

Saiba mais: Professores indígenas protestam em Brasília pela demarcação das terras e melhorias na educação

Por que você acha que foram descumpridas?

Acreditamos que foram descumpridas pela pressão do agronegócio, mas também por haver um enorme desinteresse do governo em consertar ou trabalhar a nossa situação. Não é pela pressão do agronegócio que o governo deve cruzar os braços e não fazer nada. Com ou sem pressão, o governo tem que dizer: "Eu sou governo, eu estou aqui e tenho que respeitar e cumprir as minhas obrigações impostas pela Constituição".

E por que a questão da educação está tão vinculada à questão da terra?

Porque sem terra não há educação. Além de lutarmos por garantir as nossas terras tradicionais, também queremos os nossos direitos para desenvolver uma educação específica e diferenciada. Porque esses direitos estão garantidos apenas no papel, na prática não conseguimos autonomia nenhuma.

Qual é a sua formação como professor?

Sou formado em pedagogia. Aliás, por sinal, a maioria dos indígenas que hoje têm uma formação, também a buscaram por si só. Porque não há um incentivo do governo em oferecer universidade para os povos indígenas, e acabamos tendo que buscar os recursos sozinhos, tirando do próprio bolso, como no meu caso.

Qual é o teor do manifesto que vocês irão apresentar à presidenta Dilma hoje?

O manifesto está principalmente focado na área da educação, onde a gente sugere e exige, ao mesmo tempo, um sistema próprio para a educação escolar indígena, no qual haja autonomia financeira, curricular, administrativa e política. Porque hoje o que o governo apresenta para a gente é um modelo de sistema que não serve para nós. Pois ele está totalmente construído para as escolas não-indígenas. E acaba sendo imposto para que as comunidades indígenas trabalhem dentro do mesmo sistema. Isso para nós não pode ser válido, porque queremos ter o direito garantido e executado de trabalhar as nossas próprias culturas, idiomas e tradições dentro de nossas comunidades.

Você tem mais alguma coisa a nos dizer?

Eu quero dizer que a nossa luta não vai parar. Continuaremos lutando por uma educação, por uma saúde, pelo direito aos nossos territórios tradicionais, pela garantia de uma sobrevivência justa, sem conflitos. Porque não estamos lutando, nem buscando brigas e inimigos. Porém, iremos também reagir à medida que as agressões se tornem mais intensas, porque temos o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

direito de nos defendermos dos ataques e de nos manifestarmos. A educação é um direito, mas um direito que tem que ser exercido do nosso jeito. Estamos hoje aqui lutando por uma educação escolar indígena de qualidade, específica e diferenciada.

Em Brasília, Luciana Gaffrée

29 de outubro de 2014

Responsáveis pelo assassinato de líder quilombola no Maranhão precisam ser julgados

SÍTIO ANISTIA INTERNACIONAL, 30.10.2014



Valdinês Pinto Mendes (sobrinho de Flaviano) e Genivaldo Pereira Mendonça vestem a camisa com a foto do líder comunitário assassinado. © Renata Neder

Flaviano Pinto Neto, líder da comunidade do Charco no Maranhão, foi morto no dia 30 de outubro de 2010. Quatro anos depois, os responsáveis pelo assassinato não foram julgados. O inquérito policial foi concluído em abril de 2011, mas até o momento a justiça não pronunciou os réus para levá-los a julgamento.

“Este caso é emblemático pois retrata as injustiças que sofrem aqueles que defendem direitos humanos no Brasil”, afirma Renata Neder, assessora de direitos humanos da Anistia Internacional. “Com a demora em levar o caso a julgamento, o governo está negando justiça à família e se omitindo em evitar o assassinato de outras lideranças rurais”, opina.

O estado do Maranhão é cenário de muitos conflitos de terra e violência contra os trabalhadores do campo. Os dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra indicam que 34 pessoas foram assassinadas em decorrência de conflitos por terra no Brasil em 2013, sendo três delas no estado do Maranhão. Em 2014 – até outubro – já foram cinco lideranças rurais.

A impunidade também é alarmante. Dados da Pastoral da Terra mostram que, dos 1.600 casos de assassinatos entre 1985 e 2009, apenas cerca de 5% foram levados a julgamento.

Flaviano foi baleado sete vezes. Além de ser um líder comunitário, ele era presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado do Charco. Ele era parte da luta para que sua comunidade fosse reconhecida oficialmente como quilombo e tivesse seu direito à

CONT.



terra garantido. Em 2012, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concluiu o Relatório Técnico de Identidade e Demarcação. Agora, faltam os passos administrativos que dependem, em grande medida, de vontade política e priorização por parte das autoridades competentes.

“O lento avanço nas etapas burocráticas resulta em ameaças e até ataques aos membros da comunidade. Isto tem que parar. Hoje é um dia triste, pois o assassinato do Flaviano completa quatro anos. Pedimos ao governo brasileiro justiça para este caso e tantos outros como o dele”, disse Renata Neder.

Realidade dos Quilombos no Maranhão

São cerca de mil comunidades quilombolas no Estado, das quais pouco mais de 400 já tiveram o certificado emitido pela Fundação Palmares. Mas o número de comunidades que teve o Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID) concluído não chega a 10. O Charco é uma delas.

A comunidade quilombola do Charco fica na região conhecida como “Baixada” no interior do Maranhão, a pouco menos de 300 km da capital São Luís. Lá vivem, hoje, em torno de 90 famílias.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Assassinatos e Ameaças: Comunidades Tradicionais e Organizações cobram ações do Estado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014



"A terra Deus deixou pra gente trabalhar, pra não faltar o pão na mesa de ninguém!"

O Latifúndio com seus novos e velhos coronéis assassinam os defensores da vida. Matam camponeses, destroem o meio ambiente e cooptam o Estado para manutenção da exploração do Povo e da Natureza. O latifúndio usa da violência extrema para manter-se no poder.

A comunidade pesqueira/quilombola de Caraíbas, município de Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas Gerais luta para permanecer no seu território e sofre ameaça de morte por parte de fazendeiros da região. No último dia 22 de Outubro, Cleomar Rodrigues Almeida, camponês, de comunidade vizinha, militante da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas (LCP), foi assassinado por estar envolvido na mesma luta contra a perseguição de latifundiários.

Tendo em vista a gravidade da situação nesta Quarta-feira, 29 de Outubro de 2014, um grupo de pescadores artesanais da comunidade pesqueira/quilombola de Caraíbas esteve em Belo Horizonte, com o apoio de várias organizações cobrou a ações efetivas do Estado.

Foi realizada uma reunião na sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) com a presença de várias instituições da sociedade civil e do Estado, a saber: Programa Nacional de Proteção ao Defensores de Direitos Humanos; OAB; RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares) Conselho Pastoral dos Pescadores/CPP e Comissão Pastoral da Terra/CPT, pastorais Sociais, ligadas à CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil); Gabinete do Deputado Rogério Correia; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; SPU (Superintendência do Patrimônio da União); INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), entre outros.

A pauta da reunião discorreu-se sobre o histórico de violência do latifúndio em Pedras de Maria da Cruz que, no momento, a cada ação mínima do Estado, respondem com atitudes cada vez mais violentas.

CONT.



No final da década de 1970 e início de 1980, a comunidade de Caraíbas foi expulsa por fazendeiros, do seu território, às margens do rio São Francisco, área de domínio da União. As famílias ficaram perambulando pelas ilhas e periferias das cidades vizinhas até 2013, quando, se uniram em campanha, com o MPP (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil) que encampa uma luta nacional pela regularização do território pesqueiro. Neste contexto, a comunidade fez a retomada do seu espaço tradicional de reprodução da vida, onde tem uma história de mais de 100 anos.

No decorrer deste tempo de resistência, a comunidade caraíbas, bem como a LCP, que atua na região em luta por reforma agrária, enfrentaram a truculência dos fazendeiros que, entre outras atitudes de violência, fecharam as estradas com cadeado, espancaram pescadores, queimaram barracos e petrechos de pescadores. Muitas denúncias foram feitas e um processo a este respeito foi arquivado na Comarca de Januária.

O Sr. Antonio Aureliano, proprietário da fazenda Pioneira e Boa Vista, com o trancamento da estrada tradicional da comunidade, impede as famílias de ter acesso à escola, à saúde, escoamento da produção pesqueira e vazanteira e, até mesmo impede o acesso à água potável que não chega à comunidade, obrigada a consumir a água do rio, imprópria para consumo humano, devido a poluição, sobretudo neste tempo de estiagem. Ressaltamos que esta estrada se encontra em área da União.

Em Dezembro de 2013, a SPU concedeu um TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável) à comunidade Caraíbas. Porém, os fazendeiros recusaram a respeitar o TAUS e não permitiu até, então, a demarcação física do território e seus gados continuam pisoteando as lagoas marginais, berçários dos peixes e comendo as roças das famílias.

A ação do latifúndio já chegou ao ápice! No decorrer deste embate conflituoso, a vida do camponês Cleomar foi ceifada. Três pescadores de Caraíbas estão ameaçados de morte pelo Marquinhos, jagunço da fazenda Pioneira e Boa Vista, o mesmo que no último dia 22, com outros dois camaradas, com a certeza da impunidade, tentou matar o Senhor Zezinho, 48 anos, enquanto pescava numa lagoa, em área da União, mas cercada pela fazenda Boa Vista. O mesmo Marquinho é principal a suspeita de ter assassinado o camponês Cleomar, naquela mesma noite.

Toda esta tragédia se deu, após duas ações recentes do Estado: audiência Pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), no dia 09 de Outubro/2014 com ampla participação das comunidades dos arredores e autoridades diversas e visita da polícia civil estadual de BH.

Discutidas todas estas questões, exigimos:

- Que o INCRA desapropriar as fazendas Pedras de São João, Pedras de Maria e São Pedro, cuja vistoria já constatou que são improdutivas e apropriadas para reforma agrária. Isto servirá para retirar estes fazendeiros violentos da região repartir a terra com os camponeses que lutam anos a fio por um lugar onde morar e garantir sua subsistência;

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

- Que a SPU efetive a demarcação física do território do TAUS, concedido à comunidade Caraíbas;

- Que a Justiça, o MPF, SPU demais órgãos afins garantam o acesso da estrada tradicional da comunidade Caraíbas e adjacências. Que, para além disto, a SPU desapropriar a fazenda Pioneira e Boa Vista da área de domínio da União que ela ocupa e deixe esta área livre para circulação e proteção das comunidades que por ali transitam em busca de convívio e de subsistência;

- Que o Ministério Público da comarca de Januária, apure com urgência os indícios do crime de assassinato do Cleomar Rodrigues, bem como das ameaças de morte sobre a comunidade de Caraíbas.

Assinam:

Comunidade Pesqueira/quilombola de Caraíbas/Pedras de Maria da Cruz-MG

MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

CPT – Comissão Pastoral da Terra

RENAP – Rede Nacional de Advogados Populares

IDP – Irmãs da Divina Providência

MPF pede que cacique suruí preso no Pará seja solto
SÍTIO GLOBO.COM, 30.10.2014

*Procuradores dizem que não existem elementos que justifiquem prisão.
PF diz que índio é acusado de ter sequestrado ônibus em Marabá.*



O Ministério Público Federal (MPF) enviou um pedido à Justiça Federal de Marabá nesta quinta-feira (30) para que o pedido de prisão preventiva do cacique Elton Suruí seja cancelado. Segundo a procuradoria, não existem elementos que justifiquem da prisão do cacique, já que o juiz federal Heitor Moura Gomes, que determinou a prisão do índio, não ouviu a Funai e o MPF antes de decretar a prisão.

Elton Suruí foi preso em Marabá na última quarta-feira (29), e trazido para Belém onde ficou à disposição do Sistema Penal. Segundo o estatuto do índio, penas de reclusão e detenção de indígenas devem ser cumpridas, caso seja possível, em regime de semiliberdade no órgão federal que dá assistência para as aldeias.

Segundo a polícia, o índio foi detido em cumprimento ao mandado de prisão preventiva após ter sequestrado um microônibus de uma cooperativa de transporte no mês de agosto. O veículo teria sido liberado apenas após os proprietários assinarem, forçadamente, um termo que garantia transporte gratuito para os índios.

De acordo com o MPF, o cacique é uma liderança do povo Aikewara, como também são conhecidos os índios Suruí do Pará. A procuradoria ressalta de desde 2013 o cacique vem realizando uma série de mobilizações para garantir a saúde das aldeias, além de compensações pela construção da rodovia BR-153, que corta a terra indígena.

Ainda segundo o Ministério Público, a prisão preventiva é irregular porque faltam provas contra o cacique, não existem elementos que indiquem que ele poderá tentar fugir e não há também urgência em interrogar o acusado.

Urgente: Polícia Federal prende Cacique Elton Suruí no Pará!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014



[Seminário Carajás 30 anos](#)

Na foto acima, durante encerramento da Etapa Marabá do Seminário Internacional Carajás 30 Anos, Cacique Elton Suruí chamando à unidade das lutas na Amazônia contra a aliança entre governo e grandes empresas que atropela e massacra os povos da região! Ele foi preso esta semana pela Polícia Federal em mais uma ação truculenta contra os povos indígenas.

Por Marcelo Melo Dos Santos:

Enquanto isso aqui na região Sul e Sudeste do Pará a repressão e criminalização das lideranças indígenas continuam. Ontem fomos surpreendidos com a prisão do Cacique Elton Jhon Surui, liderança da Aldeia Surui no município de São Geraldo do Araguaia. Ele foi preso na aldeia pela polícia Federal, que cumpria mandado de prisão expedido pelo juiz da 2ª vara federal de Marabá Heitor Moura Gomes. Temendo algum tipo de revolta por parte dos indígenas, o cacique foi imediatamente transferido para Belém.

Dentre as absurdas acusações no inquérito policial estão Furtos de viaturas da Funai, extorsão de motoristas de Vans, Cárcere privado. Na verdade a prisão trata-se de uma retaliação devido Elton desde o início do ano está mobilizando diversas aldeias, como a Mãe Maria, para ocupar as rodovias como a BR 222 e BR 153, pedindo melhorias na saúde indígena e denunciando os desmandos dos diretores da Funai na região.

Elton Surui, tem participado constantemente de debates tentando promover o constante dialogo entre os povos indígenas e as comunidades atingidas pela mineração, prova disso foi a participação em seminários, como o Carajás 30 anos organizado no início do ano, e a semana social Brasileira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

É disso que eu tô falando: aqui na região independente de governo, a repressão não cessa, mas o bom é que a luta continua!

Somos Todos Elton Surui!

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Claudio Castro.

Mozarildo Cavalcanti manifesta preocupação com condições das rodovias de RR
SÍTIO SENADO FEDERAL, 30.10.2014



Pronunciando-se pela liderança do PTB, o senador Mozarildo Cavalcanti (RR) manifestou sua preocupação com as condições das rodovias de seu estado. Ele cobrou a realização de um trabalho sério nas obras das estradas, lembrando que algumas se encontram em um estado que chamou de “permanente construção e reconstrução” e transformaram-se em sorvedouro de recursos federais sem reflexos positivos no progresso de Roraima.

Mozarildo também pediu providências que permitam a reforma de um trecho da BR-174 que corta uma reserva indígena. O senador disse que esse trecho da estrada tem sido tratado à revelia da Constituição, pois um “jogo de empurra” entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e uma organização não-governamental impede que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) faça obras na estrada.

- A que ponto nós chegamos: um órgão federal responsável por cuidar das reservas indígenas diz que é uma ONG que tem que cuidar da questão. Ao mesmo tempo, essas rodovias ficam num descaso - protestou o senador.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Quilombolas forçam paralisação de atividades da Petrobras em protesto desde último sábado

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 30.10.2014

Quilombolas da comunidade de Porto dos Cavalos, Martelão e Ponta Grossa, localizada na Ilha de Maré, paralisam desde o último sábado (25) uma sonda de perfuração de poços de petróleo da Petrobras como forma de protesto pelo não-cumprimento de promessas feitas pela estatal para desenvolver projetos sociais na região. De acordo com a porta-voz do movimento, Eliete Paraguassu, a pauta é discutida desde 2003 como contrapartida aos impactos ambientais na comunidade onde estão instalados os equipamentos da empresa.

A comunidade depende do comércio da fauna marinha local. Até o momento, contudo, a estatal ainda não ofereceu o prometido com a comunidade localizada na Baía de Todos os Santos, o que incluía creche comunitária, inclusão digital e capacitação de capacitação, ainda de acordo com os quilombolas. "Está chegando 2015 e nada foi feito. Resolvemos parar a sonda de perfuração. A comunidade quilombola é único caminho onde a Petrobras entra, e estão impedindo as pessoas de entrarem", informou Eliete.

Uma assembleia foi realizada na manhã desta quinta-feira (30) entre os quilombolas e representantes da empresa, porém, a comunidade refutou a proposta de fazer uma seleção dos beneficiados pelos projetos. "Não queremos fazer a seleção porque apagaria a memória da comunidade e todos os conflitos que já aconteceram entre nós e a empresa, que já está aqui no território há 52 anos. Além disso, como a seleção o projeto só vingaria em 2017, queremos isso logo", disse a porta-voz.

Apesar da comunidade de Porto Cavalos, Martelão e Ponta Grossa estar certificada como quilombola pelo governo federal desde setembro de 2005, Eliete declarou que eles ainda não foram favorecidos com políticas públicas de proteção aos quilombolas. "Estamos ao Deus dará!", lamentou Eliete.

A reportagem buscou mais informações junto a Petrobras mas, até o fechamento da reportagem, não conseguiu contato com a estatal.

Pesquisa genética revela que DNA de índios botocudos é da Polinésia

SÍTIO GALILEU, 30.10.2014

Descoberta reforça tese de que os polinésios participaram do povoamento da América e desembarcaram no continente séculos antes do que os europeus



Botocudos do sul da Bahia registrados em 1875 pelo fotógrafo franco-brasileiro Marc Ferrez (Foto: Marc Ferrez)

Na época da colonização portuguesa, diversos grupos indígenas que ocupavam as regiões onde hoje se encontram os estados de Minas Gerais e Espírito Santo receberam o nome genérico de "botocudos", em referência aos botoques que utilizavam para ornamentar o rosto – aqueles grandes discos de madeira que alargavam a boca e as orelhas. Apesar de terem sido muito numerosos naquela época, hoje estão praticamente extintos.

"As versões de apostila dos eventos da colonização humana precisam ser reavaliadas utilizando dados genômicos"

Anna-Sapfo Malaspinas, autora da pesquisa

Um [artigo](#) publicado na última quinta-feira (23/10) na revista *Current Biology* revelou os resultados obtidos a partir de testes genéticos realizados nos crânios de dois índios botocudos, que viveram por volta de 1800. Os pesquisadores não encontraram no DNA nenhum traço de ancestralidade de americanos nativos, mas sim de grupos originários da Polinésia.

"As populações humanas primitivas exploraram extensivamente o planeta", disse a autora Anna-Sapfo Malaspinas ao site *EurekAlert*. "As versões de apostila dos eventos da colonização humana – o povoamento das Américas, por exemplo – precisam ser reavaliadas utilizando dados genômicos", afirmou. A pesquisadora também colaborou com [outro artigo](#) publicado na mesma edição do periódico que oferece uma explicação embasada na genética e na arqueologia ao mistério dos genes polinésios dos botocudos do Brasil.

CONT.

O estudo analisou o DNA de 27 indivíduos do povo nativo da Ilha de Páscoa, os rapanui. As descobertas mostraram que o material genético desta população é 76% polinésio, 8% americano nativo e 16% europeu. Por meio de padrões de mistura de genes, notou-se que entre os anos 1300 e 1500 houve um contato intenso entre os rapanui e os habitantes da América do Sul, há cerca de 19 a 23 gerações. A mistura com os europeus só foi ocorrer séculos mais tarde, por volta de 1850.

Os cientistas acreditam que quem empreendia as viagens de barco eram as pessoas da ilha, pois para eles era garantido que rumando para o leste chegariam ao continente; a missão era muito mais difícil para os americanos, que teriam de encontrar uma porção de terra relativamente pequena no meio do oceano. O trajeto de cerca de 3000 quilômetros poderia levar de duas semanas a dois meses para ser percorrido.

A Ilha de Páscoa está localizada na extremidade leste do triângulo polinésio, formado também pelas ilhas da Nova Zelândia e do Havaí. Evidências arqueológicas indicam que o povoamento do território ocorreu por volta de 1200, quando de 30 a 100 indivíduos da Polinésia chegaram ali em canoas, entre eles homens, mulheres e crianças. Vivendo em uma das localidades mais isoladas do planeta a ser habitada por seres humanos, esta população construiu nos séculos seguintes cerca de 900 moais, as famosas estátuas de pedra, com algumas chegando a pesar 82 toneladas.



Botocudos descenderiam dos rapanui da Ilha de Páscoa, povo que construiu os moais
(Foto: anoldent/flickr/creative commons)

Via EurekAlert



Nova etapa do censo em área pretendida pelos quilombolas em Palmas

SÍTIO RBJ, 30.10.2014

O levantamento é parte do processo de regularização da Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista

A Superintendência Regional do Incra no Paraná está dando continuidade ao trabalho de levantamento de informações junto a parte dos moradores dos bairros São Sebastião do Rocio e Aeroporto em Palmas, sul do Paraná, como parte do processo de regularização do território quilombola da Comunidade Adelaide Maria Trindade Batista. Os servidores do Incra, devidamente identificados, aplicam questionários junto as residências que estão sobre o pretendido território quilombola. As entrevistas incluem itens relacionados a questões fundiárias.

Conforme a assessoria da Superintendência do órgão no Paraná, o objetivo é conhecer com mais propriedade a realidade dos moradores e moradoras da região e nesta etapa, que iniciou na terça-feira e deve ser concluída amanhã (31), estão sendo ouvidos os moradores que vivem nas proximidades do Aeroporto. O trabalho deverá continuar em uma nova etapa no mês de novembro.

Como forma de orientação, o Incra esclareceu que é importante que os moradores participem do levantamento e ofereçam todas as informações solicitadas e que em caso de dúvida é possível esclarecê-las com os próprios servidores que realizam o trabalho, bem como, através do telefone (41) 3360-6554 da superintendência em Curitiba.



Emenda que isenta Terras Quilombolas do ITR segue para sanção

SÍTIO FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 30.10.2014

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (29) a Medida Provisória 651/2014 que isenta terras quilombolas do Imposto Territorial Rural (ITR). A emenda que já havia sido apreciada pela Câmara dos Deputados, segue para ser sancionada pela Presidência da República.

A aprovação da MP 651/2014 corrige uma distorção na Lei Nº 9.393/1996 que, ao criar o ITR, não considerou a particularidade das propriedades coletivas das comunidades quilombolas. O fato acabou gerando dívidas milionárias para as famílias quilombolas do Pará, como é o caso das situadas nas Ilhas de Abaetetuba, que somam, em nome da sua Associação, mais de R\$ 18 milhões em cobranças desse imposto.

ITR - O Imposto previsto na Constituição Federal tem como objetivo tributar a propriedade e posse de bem imóvel rural. Quando tituladas as comunidades quilombolas também passam a ter a obrigação de pagar esse imposto. O acúmulo da dívida impede a obtenção da certidão negativa junto à Receita Federal por parte da Associação, necessária ao acesso à políticas públicas e programas do governo como, por exemplo, o de moradia.

Aprovado com novo texto, o documento dispensa as comunidades quilombolas da constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição na Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal. Automaticamente, cancela o lançamento e a inscrição relativos ao ITR referentes aos imóveis rurais dessas populações.

Confira o texto aprovado

Medida Provisória 651/2014
Seção XXI

Do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e do Imposto de Renda Pessoas Físicas

Art. 82. A Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A Os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

§1º Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição na Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, e cancelados o lançamento e a

CONT.



inscrição relativos ao ITR referentes aos imóveis rurais de que trata o caput a partir da data do registro do título de domínio previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§2º Observada a data prevista no §1º, não serão aplicadas as penalidades estabelecidas nos arts. 7º e 9º para fatos geradores ocorridos até a data da publicação da lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, e ficam anistiados os valores decorrentes de multas lançadas pela declaração do ITR fora do prazo.”

Art. 83. O art. 8º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Artigo 8º

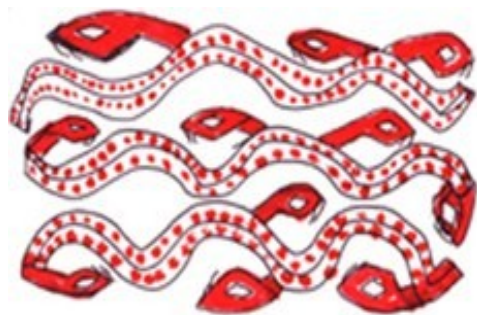
.....

§3º O contribuinte cujo imóvel se enquadre nas hipóteses estabelecidas nos arts. 2º, 3º e 3º-A fica dispensado da apresentação do DIAT.” (NR)

Arte indígena Kusiwa vai estampar selo dos Correios

SÍTIO PORTAL BRASIL, 30.10.2014

Lançamento do Selo Postal Arte Indígena Kusiwa Wajãpi será realizado na segunda-feira (3), na sede do Iphan, em Brasília



Arte Kusiwa é um sistema de representação gráfico próprio dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá
Divulgação/Iphan

A partir de novembro de 2014, a Arte Kusiwa vai estampar selos dos Correios. A expressão é uma técnica de pintura e arte gráfica da população indígena Wajãpi, do Amapá.

A estampa para o selo postal foi proposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e eleita pela Comissão Filatélica Nacional (CFN) em reunião realizada no mês de julho de 2013, para compor o Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais de 2014. Os Wajãpi concordaram com a proposta.

O selo ficará em circulação até 31 de dezembro de 2017. O lançamento do Selo Postal Arte Indígena Kusiwa Wajãpi será realizado na segunda-feira (3) às 14h30, na sede do Iphan, em Brasília.

Os Wajãpi do Amapá constituem um grupo remanescente de um povo que já foi muito mais numeroso, subdividido em vários grupos independentes e que a população total foi estimada em cerca de seis mil pessoas no começo do século XIX.

Esta etnia tem origem em um complexo cultural maior, de tradição e língua tupi-guarani, hoje representado por diversos povos, distribuídos entre vários estados do Brasil e países adjacentes. Até o século XVII, os Wajãpi viviam ao sul do rio Amazonas, numa região próxima da área até hoje ocupada pelos Asurini, Araweté e outros, todos falantes de variantes dessa mesma família linguística.

A Terra onde vivem os Wajãpi, no Amapá, foi demarcada e homologada em 1996, e é uma área muito preservada, onde vivem cerca de 1,1 mil indígenas, em 48 aldeias.

Patrimônio Cultural do Brasil e do mundo

A Arte Kusiwa está vinculada à organização social, com uso adequado da terra indígena e o conhecimento tradicional. Os indígenas usam composições de padrões kusiwa nas costas, outros na face, outros nos braços. A pintura é cotidiana.

CONT.



Os grafismos também podem ter como suporte cestos, cuias, tecelagem, bordunas e objetos de madeira. Os padrões Kusiwa representam animais, partes do corpo ou objetos e estão carregados de significados e simbolismo.

Constituem um sistema de comunicação e uma linguagem gráfica que remete à cosmologia e visão de mundo dos Wajãpi. Para a elaboração das tintas, são utilizadas sementes de urucum, gordura de macaco, suco de jenipapo e resinas perfumadas.

Através dos séculos, os Wajãpi desenvolveram uma linguagem única, formada por componentes gráficos e orais, que reflete sua visão de mundo e constitui um conhecimento específico sobre a vida em comunidade. A Arte Kusiwa faz também referência à criação da humanidade e a diversos mitos Wajãpi.

Os múltiplos significados nos níveis sociológico, cultural, estético, religioso e metafísico indicam que a importância da Arte Kusiwa extrapola o seu lugar de arte gráfica e, efetivamente, engloba o vasto e complexo sistema que envolve sua maneira específica de compreender, perceber e interagir com o universo.

A Arte Kusiwa

Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 20 de dezembro de 2002, como Patrimônio Cultural do Brasil. No ano seguinte, recebeu da Unesco o título de Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Acir Gurgacz pede continuidade de obras da rodovia BR 319

SÍTIO SENADO FEDERAL, 30.10.2014



O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou nesta quinta-feira (30) em Plenário, ao chamar a atenção para a paralisação das obras de restauração da rodovia, que a restauração da BR 319, que liga Porto Velho a Manaus, é uma necessidade para a integração da Amazônia.

Segundo ele, a paralisação ocorreu, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), porque o Ibama ainda não teria se manifestado sobre a necessidade de incluir ou não no processo de licenciamento da obra o estudo antropológico, ambiental e social de 34 terras indígenas que se encontram ao longo da rodovia.

Acir Gurgacz afirmou essas terras indígenas estão fora da área de abrangência da rodovia, conforme determina a lei. Portanto, do ponto de vista legal, não haveria necessidade do referido estudo.

O senador ressaltou que a BR 319 é uma rodovia fundamental para o escoamento da produção de alimentos de Rondônia para o resto do país e o atraso nas obras vai significar prejuízo para o estado:

- Este é o momento de reunirmos ainda mais as forças políticas e sociais para cobrar a realização dessa importante obra para o estado de Rondônia e para toda a Amazônia.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Terror contra os povos indígenas do Ceará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

Rogéria Rodrigues

No dia 11 de outubro de 2014, o Povo Indígena Tremembé Barra do Mundaú, da comunidade São José do Buriti, foi surpreendido com uma ação de destruição de seu território sagrado, onde, além de derrubar cercas e palhoças e destruir uma casa em construção, tudo foi queimado. A ação foi feita por um advogado que se nomeou Henrique Rocha Trigueiro, representante do grupo Nova Atlântida, seguido por quinze homens paramentados para a destruição.

Sem mandado ou autorização da justiça, o grupo promoveu uma cena de terror e prometeu retornar após 15 dias para repetir essa ação caso os indígenas tivessem retomado o território.

Até o momento, nem Ministério Público, nem polícia militar, nem polícia federal se manifestaram, apesar de o grupo já ter feito a denúncia.

É hora de apoiar nossos parentes! É hora de dizer não aos grandes grupos de investidores que representam uma política neodesenvolvimentista e de negação aos que vivem na Zona Costeira do Ceará!

Chamamos aqui, todos os companheiros de luta contra as injustiças a acolher, divulgar e se indignar com essa situação em apoio ao povos indígenas São José do Buriti!!!



Aniversário de morte de quilombola serve para lembrar falhas da Justiça

SÍTIO CONJUR, 30.10.2014

Por Renata Neder

Flaviano Pinto Neto entra no carro de um conhecido e vai até um estabelecimento na beira da estrada (a MA 014), perto da comunidade onde mora. O conhecido lhe paga uma bebida e vai embora, deixando Flaviano conversando com a dona do local. Algum tempo depois, um homem entra no estabelecimento e dispara pelo menos sete tiros contra Flaviano, à queima-roupa.

Difícil escolher o ponto exato a partir do qual devemos começar a contar essa história e o que levou ao assassinato. Poderíamos recuar até aos tempos da escravidão no Brasil, já que Flaviano era de uma comunidade quilombola no Maranhão. Depois, passaríamos por décadas de conflito agrário, e chegaríamos então aos anos mais recentes de ameaças e ataques diretos sofridos pela comunidade do Charco, anos que foram também marcados pela intensificação de sua luta pelo direito à terra. Quanto maior o recuo no tempo, maior a sensação de injustiça.

A comunidade quilombola do Charco fica na região conhecida como “Baixada” no interior do Maranhão, a pouco menos de 300 km da capital São Luís. Lá vivem, hoje, em torno de 90 famílias. A paisagem seca no mês de outubro não reflete a realidade que dá nome ao local — “Charco” — uma referência ao alagamento da região durante o período das chuvas. A falta de chuvas e de infraestrutura para uma eventual irrigação não permitem o plantio de quase nada nesta época, mas as palmeiras de babaçu enfeitam a paisagem.

Naquela terra, quando a chuva permite, plantam mandioca, arroz, milho, batata e criam alguns animais. Também coletam coco de babaçu. Mas até uns 6 anos atrás, a maior parte da produção não ficava com eles. Um fazendeiro local alegava que aquela terra que a comunidade ocupa era de propriedade dele e por isso exigia o pagamento de um “foro”, um valor pelo uso da terra.

Apesar de achar injusto, as famílias pagavam. O que sobrava para eles era quase nada. Seu Davi, que hoje já passou de seus 60 anos, lembra que na infância sobrava pouca coisa do que cultivavam para a família. Era duro plantar, colher, e ver o fruto do trabalho ser entregue assim para o fazendeiro. Restava para a família muito pouco, em geral apenas o cultivo da “soca” (o rebrote do arroz após o corte da colheita principal), o que não era suficiente para sua alimentação.

Indignados com essa situação que se perpetuava há décadas, alguns moradores começaram a questionar a legalidade dessa exigência do fazendeiro. Se as famílias eram nascidas e criadas ali, como poderia aquela terra pertencer a outra pessoa? Flaviano era o presidente da Associação de Moradores do Charco e exigiu então que o fazendeiro apresentasse o título de propriedade provando que era o dono da terra e só assim fariam o próximo pagamento.

CONT.



No dia marcado, em janeiro de 2008, a comunidade estava disposta a pagar o “foro”, desde que visse o documento. O fazendeiro, no entanto, não tinha documento nenhum a apresentar e, assim, o pagamento não foi feito. Desde então, a comunidade fica com aquilo que planta, colhe os frutos de seu trabalho. Mas, dizem também que foi ali que Flaviano Pinto Mendes assinou sua sentença de morte.

Os anos que se seguiram foram marcados por ameaças e ataques do fazendeiro e sua família à comunidade do Charco.

Raimundo Silva tem 56 anos e é filho de Dona Antônia que, com 90 anos, é a moradora mais velha da comunidade. Raimundo é nascido e criado no Charco, assim como sua mãe. Diz que ali “não é invadido”. “Nós somos nascidos e criados aqui”. Ele conta que os fazendeiros “falavam sempre que iam vir de trator e derrubar tudo”. Uma noite, em agosto de 2008, ele e outros moradores acordaram com um incêndio. Correram lá e só viram o fogo que destruíu a sede da Associação de Moradores. Raimundo disse que sentiram medo, mas completa: “Na mesma hora que a gente criava medo, a gente criava coragem”.

Foi essa coragem que manteve as famílias mobilizadas na luta pelo seu direito à terra e pela sua sobrevivência. Eles resistiram ao incêndio da associação, a homens armados, ameaças de morte e até a ordem de despejo. Mas a coragem sempre falou mais forte.

A área da comunidade do Charco é de ocupação antiga. Os moradores da são nascidos e criados lá, assim como seus pais e seus avós. Dona Antônia, a moradora mais velha, é nascida e criada lá. O fazendeiro chegou a abordá-la oferecendo-lhe uma casa, desde que ela desistisse da comunidade. Mas ela respondeu que não iria desistir do que é dela. E, ao contar essa história, faz questão de dizer que só sai da comunidade quando morrer, “no dia que Deus quiser”.

Diz o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Mas o direito que está garantido no papel, no entanto, não se concretiza na prática.

Em outubro de 2009 a Fundação Palmares emitiu certificação reconhecendo o quilombo do Charco. Ali se iniciou um longo — e ainda inconcluso — processo para a titulação da comunidade. O Relatório Territorial de Identificação e Demarcação (RTID), elaborado pelo Incra, só foi finalizado em 2012. Só em março de 2014 foi publicada a portaria que reconhece e declara o Charco como terras de remanescentes de quilombo.

Mas a saga pela titulação não acaba aí. A fase técnica do processo de reconhecimento e titulação já foi superada. Agora, faltam os passos administrativos que dependem, em grande medida, de vontade política e priorização por parte das autoridades competentes.

A lentidão no processo de titulação do quilombo do Charco teve algumas consequências bastante negativas para a comunidade. A insegurança jurídica a respeito de sua permanência

CONT.



resulta em uma precariedade na lavoura, afinal como investir na terra quando se está sujeito a despejos e ataques de fazendeiros? Alguns moradores dizem que isso é “lavoura de risco” pois correm o risco de plantar, investir, mas perder tudo depois. Para essas famílias, a terra é o local de moradia e de trabalho, é meio de vida, fonte de alimentos e de renda. Sem a terra, não se tem nada disso.

Mas essa lentidão também apresenta outros riscos: o risco proveniente do conflito agrário a que ficam expostos em decorrência desta insegurança jurídica. Fazendeiros que querem tomar à força sua terra e, assim, ameaçam, atacam e até matam. E assim foi com a comunidade do Charco.

Infelizmente, essa realidade não é uma exceção. O processo de identificação e titulação de comunidades quilombolas no estado do Maranhão é bastante lento. São cerca de mil comunidades quilombolas no Estado, das quais pouco mais de 400 já tiveram o certificado emitido pela Fundação Palmares. Mas o número de comunidades que teve o RTID concluído não chega a dez. O Charco é uma delas.

O estado do Maranhão é marcado, também, por um histórico de conflitos por terra e violência contra trabalhadores rurais e comunidades quilombolas. Os dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra indicam que 34 pessoas foram assassinadas em decorrência de conflitos por terra no Brasil em 2013, sendo três delas no estado do Maranhão. Em 2014 — até outubro — já foram cinco lideranças rurais mortas no contexto da luta pela terra no estado.

No Brasil, esse tipo de crime tende a permanecer na impunidade. A CPT também documentou que dos mais de 1,6 mil casos de mortes em decorrência de conflitos no campo entre 1985 e 2009, apenas pouco mais de 90 foram julgados. Os dados revelam um quadro chocante de impunidade.

O assassinato de Flaviano Pinto Neto parece estar se encaminhando para fazer parte desta estatística de impunidade. Neste dia 30 de outubro faz quatro anos que ele foi morto e até hoje o caso não foi a julgamento. Deveria ser diferente. E poderia.

O inquérito policial foi concluído em abril de 2011. Advogados que acompanham o caso dizem que a investigação foi bastante completa e tem todos os elementos necessários para que o caso seja julgado, conseguiu produzir evidências e identificar mandantes, intermediário e executor. Mas, desde então, o processo criminal não avançou. Não houve ainda a decisão de pronunciar os réus, levando-os a julgamento.

Parece que nada avança sem muita luta. Como disse Zilmar Mendes, sobrinha de Flaviano e atual presidente da Associação de Moradores, o “governo é que nem feijão, só vai na pressão”. Se, na época, o inquérito policial avançou foi também devido a pressão local e internacional para que o caso não permanecesse no esquecimento. Até para garantir a exumação do corpo de Flaviano para realização de perícia foi preciso que a comunidade fizesse vigília no cemitério onde ele estava enterrado. Havia a ameaça de que o corpo seria roubado antes da exumação, impedindo assim a produção de mais provas acerca do crime. Por duas semanas os moradores do Charco guardaram o túmulo até que a exumação fosse feita.

CONT.



Agora, a comunidade luta para que o caso vá a julgamento. Dona Ana, irmã de Flaviano, diz que "a justiça é mais do lado de quem tem dinheiro do que de quem não tem nada". Parece que não há justiça sem muita luta. E, às vezes, nem assim.

Em 1994 o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou a Carta da Terra, um texto-manifesto em defesa da Reforma Agrária, onde dizia que "No Brasil a terra, também cercada, está no centro da história. Os pedaços que foram democratizados custaram muito sangue, dor e sofrimento."

Os moradores do Charco sabem disso. Afinal, Flaviano foi morto na luta pela terra. Terra que é do Charco por direito, mas que, na prática, lhe é negada.

Não é possível contar o fim dessa história. Ela só acaba quando a comunidade do Charco receber o título de suas terras e quando os assassinos de Flaviano forem devidamente julgados e responsabilizados. Enquanto isso não acontece, a história que se escreve é a da perpetuação da injustiça e da impunidade.

Ainda bem que há pessoas dispostas a lutar a vida inteira para mudar o rumo dessa história. Mas que essa mudança venha logo, porque já se esperou demais, já se sofreu demais, já sangrou demais.

PF prende cacique Suruí no Pará; família diz que prisão é política

SÍTIO CARTA CAPITAL, 30.10.2014

Após receber ligação de delegado para prestar depoimento, cacique Elton John Suruí foi preso pela Polícia Federal em Marabá, segundo familiares, por "perseguição política"

O cacique Elton John Suruí, da aldeia Itahy, do povo Aikewara (também conhecidos como "Suruí do Pará"), foi preso na manhã de quarta-feira, 29, na sede da Funai. Segundo informações preliminares, ele teria recebido uma ligação do delegado da Polícia Federal em Marabá para prestar depoimento em uma audiência. Teria se dirigido, em seguida, da aldeia para a sede da Funai para ser acompanhado por funcionários do órgão e se informar do que se tratava. Os funcionários da Funai não tinham conhecimento de nenhum mandado de prisão contra ele e ligaram para a delegacia de Polícia Federal para buscar informações.



Uélton Suruí foi preso na manhã dessa quarta-feira pela Polícia federal no Pará. Familiares acusam prisão de ter fins políticos. Foto do antropólogo Orlando Calheiros, que trabalhou com os Aikewara (Suruí)

Nesse momento, por volta das 9h30, duas viaturas da PF realizaram a abordagem na sede da Funai e levaram Elton para a delegacia. O funcionário Eric Belem de Oliveira foi logo depois para prestar assistência e acompanhar Elton. No entanto, ao chegar, diz Oliveira, o depoimento de Elton já teria sido colhido, sem a presença de advogado ou funcionário da Funai, e ele já teria recebido ordem de prisão. "Nesse momento foi comunicado de que ele seria transferido para Belém, para garantir a integridade física dele. Apenas teve tempo de se despedir de seu pai."

Familiares de Elton acusam a Polícia Federal de agir politicamente, e essa é a segunda vez, durante a gestão do ministro José Eduardo Cardozo, que a PF realiza uma prisão de liderança indígena política durante audiência ou reunião. Em maio deste ano, a PF prendeu sete lideranças Kaingang no Rio Grande do Sul durante uma audiência política de pacificação de conflitos em Faxinalzinho, entre eles o cacique da aldeia Kandoia, Deoclides de Paula. Dois indígenas foram mortos em operações da Polícia Federal, também na gestão Cardozo, Oziel Terena e Adenilson Munduruku, sem que os culpados fossem levados a julgamento ou sequer os inquéritos concluídos.

Segundo Clelton Suruí, irmão de Elton, a prisão está ligada a denúncias feitas pelos indígenas de corrupção no sistema de saúde: "Ele descobriu que estava havendo desvio de verba na

CONT.



saúde indígena e denunciou isso. Foi a partir desse momento que começaram a perseguir ele politicamente, perseguição feita pela Sesai (Secretaria especial de Saúde Indígena). É um jogo político. Queriam desarticular o movimento indígena da região de Marabá para que não fosse investigado o que estava acontecendo e as nossas denúncias.

Ele sabia que era um jogo político e que iriam prender ele mais cedo ou mais tarde. Porém, o pretexto que foi utilizado pela PF é que revolta a todos na nossa comunidade: para tirar ele da comunidade disseram que ele viria prestar esclarecimento na sede da PF, e daí ele foi autuado na porta da Funai, preso e agora transferido para longe da família.

"Os familiares tentam conseguir agora a liberdade provisória para que ele possa acompanhar o processo na aldeia. "No fundo, a forma como as pessoas que estão no poder manipulado a Justiça é para que as autoridades indígenas não tenham poder de correr atrás dos seus direitos e defender seu povo. É uma perseguição política."

Entrevistei Elton na Rio+20, em 2012, em vídeo que pode ser conferido neste [link](#)

Neste ano, 14 indígenas Aikewara (Suruí) foram indenizados pela Comissão de Anistia. Na ocasião, o presidente da Comissão, Paulo Abrão, pediu desculpas pela ação do Estado brasileiro: "O conjunto de uma comunidade indígena também foi vítima da ditadura militar e essa repressão que aconteceu ao povo que vivia em torno da região da Guerrilha do Araguaia atingiu não apenas os camponeses, os guerrilheiros, mas também as comunidades indígenas que lá estavam".

Procurei a Polícia Federal para saber informações sobre a prisão de Elton e consultei, por telefone, Fernando Sergio Castro, assessor de imprensa da PF. Segundo Castro, Elton "estava tratando de um assunto na Funai, a PF soube, tinha um mandado de prisão pela Justiça Federal de Marabá e foi executado o mandado de prisão."

Questionado sobre o fato de o delegado da PF ter telefonado para Elton para uma audiência, assim esclareceu: "Na realidade, ele foi chamado na sede para tratar de um assunto. Quando estava tratando desse assunto, foi anunciado o mandado de prisão. Foi uma forma de localizá-lo. Isso não fere nenhum princípio."

Sobre as acusações contra Elton, esclarece Castro:

"Ele responde a vários processos na Justiça Federal, por vários motivos. O último de que foi acusado é o de sequestrar um ônibus na aldeia, com motorista e cobrador, para forçar a cooperativa proprietária do veículo a transportar gratuitamente a etnia local. Esse é o último caso. Trata-se de uma extorsão, porque ele queria que a diretoria da cooperativa franqueasse os ônibus para transportar a comunidade indígena, inclusive ameaçando esses funcionários, impedindo que saíssem, ameaçando tocar fogo no ônibus se as reivindicações não fossem atendidas. Para que isso não se repetisse, porque é uma ação criminosa, a PF, junto do MPF, solicitou a prisão preventiva. E por motivo de segurança ele não foi para a prisão comum em Marabá, mas trazido para Belém."

CONT.



Castro afirmou que um advogado que diz trabalhar para Elton compareceu na sede em Belém para fazer o acompanhamento, mas não retornou. Diz também que a Funai foi comunicada e que "o departamento da Funai tem a liberdade e as peças do processo para trabalharem na soltura" de Elton. "Ele foi bem tratado. A PF atua dentro da lei. Foi anunciado o mandado de prisão e transcorreu tudo dentro dos procedimentos normais, sendo ele índio ou não. Temos uma doutrina para cumprir."

Elton foi algemado e, questionado sobre o fato de o indígena ser cacique da aldeia e uma das mais importantes lideranças políticas dos Aikewara, Castro respondeu: "Ele talvez nem seja mais índio. Tem carteira de identidade, conta bancária. Não é, efetivamente, mais um índio. Mas tem todos esses detalhes da lei e direitos a um tratamento como índio ou não como índio."

Atualização: Leia a seguir nota do Ministério Público Federal.

O Ministério Público Federal enviou à Justiça Federal de Marabá pedido de reconsideração para que seja revogada a prisão preventiva decretada contra o cacique Elton Suruí, preso ontem no sudeste do Pará e trazido hoje para Belém. Para o MPF, não estão presentes os requisitos mínimos que justifiquem a prisão preventiva. Nem o MPF, nem a Fundação Nacional do Índio (Funai) foram ouvidos pelo juiz federal Heitor Moura Gomes, que decretou a prisão.

O cacique Elton Suruí é importante liderança do povo Aikewara, também conhecidos como Suruí do Pará, e vem conduzindo, desde 2013, uma série de mobilizações reivindicando a solução de problemas no atendimento à saúde do povo indígena e a compensação pela construção da BR-153, que corta a terra indígena. Os protestos, por várias vezes, ocorreram com a presença de outras etnias, também prejudicadas pela precariedade do atendimento prestado pela Secretaria de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Por fatos supostamente ocorridos no dia 5 de agosto, a delegacia da Polícia Federal de Marabá abriu um inquérito, datado do último dia 22 de setembro. Em 2 de outubro passado, o delegado responsável pela investigação enviou pedido à Funai de Marabá para que o cacique Elton comparecesse à delegacia e agendou o depoimento para o dia 3 de fevereiro de 2015. "Duas semanas após designar para fevereiro a data da oitiva, a autoridade policial representou pela prisão preventiva, sem que qualquer fato novo se vislumbre nos autos", relata o pedido de revogação do MPF.

De acordo com relatos da mídia local, o cacique compareceu à Funai ontem (29 de outubro) para se informar sobre o inquérito e foi abordado de surpresa por agentes da Polícia Federal, que cumpriram imediatamente o mandado de prisão preventiva. Logo em seguida, o cacique foi encaminhado para Belém, onde permanece.

"Se não há urgência em ouvir o investigado, se não há prova de comoção social, se não há indício nem mesmo relatado de coação a testemunha e se o investigado não indica intenção de ausentar-se do local dos fatos, qual o motivo determinante da necessidade de segregação cautelar?", pergunta o MPF, que lembra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que só

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

admite prisão preventiva após demonstração da gravidade concreta dos fatos e não apenas uma gravidade abstrata, suposta ou pressuposta.

Para o MPF, “não é razoável que, passados mais de sessenta dias dos fatos investigados, sem qualquer dado novo que aponte comoção social em decorrência deles, sem qualquer elemento que indique a coação a testemunhas ou a tentativa de fugir da aplicação da lei penal, se entenda presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva ao argumento de coibir atos futuros e incertos, cuja ocorrência se inferiu de investigações de atos passados”.

O pedido de revogação da prisão foi enviado hoje à Justiça Federal em Marabá.

Processo nº 6786-41.2014.4.01.3901



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Linha de Frente: Rose Meire dos Santos Silva, liderança do Quilombo Rio dos Macacos, Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

Rose Meire dos Santos Silva é líder comunitária, membro da Associação Quilombola de Rio dos Macacos, além de moradora desta comunidade. Em virtude do seu trabalho de denúncia de violação dos direitos ao território, à moradia, à alimentação, à liberdade de ir e vir, entre outros, perpetrados pelo Estado brasileiro (principalmente através da Marinha brasileira) contra os moradores de Rio dos Macacos, Rose Meire tem sofrido uma série de retaliações e agressões. A mais recente delas ocorreu em janeiro de 2014, quando, juntamente com seu irmão Ednei, foi impedida de retornar à Comunidade e sofreu agressões físicas e verbais por parte de um sargento da Marinha.

O trabalho de resistência de Rose Meire busca garantir a permanência do Quilombo Rio dos Macacos no território já demarcado e identificado pelo INCRA, o direito dos quilombolas de retomar a prática da agricultura no local e recuperar suas moradias, além de buscar assegurar a aplicação de um conjunto de políticas públicas emergenciais por parte do Estado brasileiro. As violações de direitos em Rio dos Macacos têm sido objeto de denúncias também nos âmbitos local, nacional e internacional. Em 2012 e em 2014, o caso foi enviado ao sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

[Vídeo realizado por Mídia NINJA](#)

Direção / Imagens / Edição por Paula Daibert e Thiago Dezan



Disputa por área ocupada por quilombolas é competência da Justiça Federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.10.2014

Caberá à Justiça Federal decidir sobre questões relacionadas ao direito de propriedade da área ocupada pela comunidade remanescente do quilombo Cambury, no interior de São Paulo, que é disputada desde a década de 1970 por posseiros. A decisão é da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que seguiu por maioria o voto do ministro Benedito Gonçalves. O conflito de competência chegou ao STJ porque tanto a Justiça estadual quanto a federal proferiram decisões sobre a ocupação da área na qual se encontra a comunidade de quilombolas.

De acordo com o relator, o processo de demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidade remanescente de quilombo compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Assim, o ministro considera “evidente” que as demandas judiciais sobre a posse dessas áreas repercutem no processo demarcatório de responsabilidade da autarquia federal agrária.

Daí o interesse da União em tais demandas, razão pela qual a Seção fixou a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento, conforme o artigo 109, I, da Constituição.

Histórico

Em 1976, foi ajuizada na Justiça estadual ação de reintegração de posse por particulares, cujo objeto é um terreno que está inserido na gleba ocupada pelos quilombolas, no município de Ubatuba (SP).

Já em 1984, foi proferida decisão em favor dos autores da ação, para determinar a sua reintegração na posse do terreno. Diante da inércia dos autores, os quilombolas continuaram instalados na área. Os autores só deram início ao cumprimento da sentença em 2007, quando a comunidade já havia sido reconhecida por entidades federais como remanescente do quilombo Cambury.

Tendo em vista o mandado de reintegração de posse expedido pela 1ª Vara Cível de Ubatuba, o Incra e a Fundação Cultural Palmares (FCP) ajuizaram ação civil pública na Justiça Federal e obtiveram liminar para assegurar a posse em favor da comunidade remanescente do quilombo.

Natureza originária

A decisão da Primeira Seção determina o envio dos autos da ação de reintegração de posse à Justiça Federal. O ministro Benedito Gonçalves destacou que a decisão da Justiça paulista

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

"atenta contra a demarcação e titulação da área ocupada pela comunidade quilombola" e, consequentemente, contraria o que dispõe o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 88.

O ADCT diz que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Ao concluir, o ministro salientou que "o princípio da perpetuação da jurisdição (a ação de reintegração de posse já se encontra em fase de cumprimento de sentença) deve ser mitigado no caso concreto, em razão de outro princípio que busca a tutela do direito de natureza originária que recai sobre as áreas ocupadas por comunidades quilombolas e a que alude o artigo 68 do ADCT".

Fonte: STJ



PGR recorre de decisão do STF que anulou demarcação de terra indígena em MS
SÍTIO JORNAL DIA A DIA, 31.10.2014

Embargos de declaração apontam contradição e omissão no julgamento

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entrou com embargos de declaração com pedido de concessão de efeitos modificativos contra decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que em setembro invalidou a demarcação da Terra Indígena Guýraroká, em Mato Grosso do Sul. O Ministério Público Federal (MPF) aponta omissão e contradição no julgamento.

A decisão do Supremo foi tomada com base no chamado marco temporal, ou seja, a anulação do processo de demarcação deu-se porque os indígenas não estariam no território na época da promulgação da Constituição de 1988. Foram aplicados ao caso os critérios adotados para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

No entendimento do MPF, porém, no julgamento deste caso não foram aplicadas todas as condicionantes definidas no julgamento para a demarcação de Raposa Serra do Sol. "A aplicação integral do que fixado naquela ocasião - obediência ao marco temporal com ressalva, dependente sem dúvida do exame do contexto histórico do grupo atingido - leva, invariavelmente, à conclusão pela inadequação da via eleita ou, mesmo, no caso concreto, pela denegação da segurança", destaca o recurso.

Além disso, Janot sustenta que, como o Superior Tribunal de Justiça, que é o órgão de competência originária para o julgamento de mandado de segurança contra ato do ministro da Justiça, havia decidido apenas que não era possível tratar do tema em mandado de segurança, pela necessidade de produção de prova, o STF não poderia ter julgado o mérito do processo, devendo, se fosse o caso, alterar a decisão, para que o próprio STJ julgasse se havia, ou não, prova da alegada ausência dos indígenas do área demarcada. Para o MPF, portanto, os autos deveriam ser devolvidos ao STJ para apreciação do mérito da causa.

Segundo o Ministério Público Federal, o STF também não considerou, na decisão de mérito, que os Guarani Kaiowá foram expulsos de suas terras, conforme relatório circunstanciado da Funai e demais estudos existentes sobre o grupo indígena. "Nos casos de expulsão forçada dos indígenas das terras que tradicionalmente ocupavam, há de ser relativizada a orientação quanto à referência temporal de 1988", explicou o PGR.

O laudo da Funai esclarece que, mesmo em processo de expulsão de suas terras, os indígenas continuaram habitando a região, seja trabalhando em lavouras ou em atividades domésticas, o que lhes deu acesso aos locais de caça e colheita.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 196/ 2014

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Entenda o caso - Fazendeiro que ocupa a área pediu, no STJ, a impugnação da Portaria nº 3219, de 7 de outubro de 2009, do ministro da Justiça, que declarou a posse permanente do grupo indígena Guarani Kaiowá sobre a Terra Indígena Guyraroká, no Estado de Mato Grosso do Sul. A decisão do STJ foi a de que o assunto não poderia ser decidido em mandado de segurança, por haver necessidade de produção de provas, mas a decisão do STF alterou este entendimento e anulou a demarcação. Depois da decisão de setembro, mais de 40 lideranças indígenas acamparam em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) para protestar. Na ocasião foram recebidos pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável pela temática indígena.

Secretaria de Comunicação Social

Fonte: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias>



Moção apresentada pela ABA e aprovada na Assembleia da ANPOCS, realizada ontem, em Caxambu-MG

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 31.10.2014

O direito de consulta e consentimento dos povos indígenas

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) considera ser fundamental que o Estado brasileiro tenha definida uma política pública que garanta os direitos de consulta e de consentimento prévio livre e informado dos Povos Indígenas, quando dos estudos de viabilidade e de avaliação de impacto de empreendimentos que os afetem direta e indiretamente, em atenção ao estabelecido no Decreto Presidencial Nº 5.051/2004. A Associação se coloca a disposição do governo para colaborar na elaboração da referida política.

Justificativa

Os Povos Indígenas têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Não obstante, estes direitos não têm sido efetivamente respeitados no contexto de planejamento e licenciamento das obras de aproveitamento hidrelétrico e outros empreendimentos de infraestrutura no país. Quando houve algum tipo de consulta às comunidades afetadas, não foi devidamente considerada a sua decisão.

Mesmo no caso do denominado Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), tem sido dada pouca atenção a efetiva participação dos indígenas, nem reconhecidas suas práticas e seus conhecimentos na definição da viabilidade e dos impactos dos empreendimentos. O GT Interministerial constituído pelo governo federal no início de 2012, com o objetivo de estabelecer o referido procedimento de consulta, teve o seu trabalho encerrado no início deste ano sem ter alcançado o seu objetivo.



Indígenas treinarão com seleção de tiro com arco do País

SÍTIO HOJE EM DIA, 31.10.2014

Um grupo de quatro indígenas do Amazonas têm se destacado na disputa de tiro com arco, esporte que estará na Olimpíada do Rio, em 2016. Eles vão passar uma semana com a seleção brasileira da modalidade para realizar um treinamento intensivo. O convite foi feito pelo treinador Renzo Ruele durante a disputa do 40.º Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco, que começou nesta quinta-feira e encerra neste sábado no Rio.

O que chamou a atenção do técnico foi o desempenho dos jovens no 7.º Campeonato Brasileiro Infantil, Cadete e Juvenil Outdoor, realizado no início de outubro em Maricá, na Região dos Lagos. Três deles conquistaram medalhas na competição, inclusive uma de ouro.

Os escolhidos foram Inha (Nelson Silva de Moraes), 14 anos, e Iagoara (Dream Braga da Silva) 17 anos - ambos da etnia Kambeba -, Yaci (Graziela Paulino), de 19 anos, e Ywytu (Gustavo Paulino), 18 anos, da etnia Karapãna.

Os atletas foram descobertos pela olheira e técnica Marcia Lot, que visitou diversas aldeias no Amazonas para recrutar jovens talentos, a serviço de um projeto criado há cerca de dois anos pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que é membro da Federação Amazonense de Tiro com Arco (Fatarco).

Animada com o desenvolvimento rápido de seus pupilos, Márcia está confiante de que, após essa etapa de treinos, algum dos atletas possa receber uma vaga na seleção brasileira e, consequentemente, vá representar o Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio.

"Eles têm condições de chegar, se não o Renzo não iria convidar para um treino intensivo, quicá entrar na seleção brasileira", argumentou Marcia. "Eu acredito que pelo menos um a gente consiga colocar na seleção, daí já fica perto chegar à Olimpíada", afirmou.

SAMBÓDROMO - O Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco está sendo disputado no Sambódromo do Rio, onde também ocorrerá a disputa olímpica em 2016. É uma boa oportunidade para os atletas brasileiros se ambientarem, mas não se trata de um evento-teste oficial - o primeiro está previsto para 2015.

Atual vice-campeão do mundo, Marcus Vinicius D'Almeida, de 16 anos de idade, considerou um passo importante conhecer o local da disputa da Olimpíada. "Já deu para notar que aqui venta muito. Está servindo para a gente ver o que precisa melhorar", explicou D'Almeida.

Quadrigêmeas indígenas estão juntas em quarto de maternidade em MS

SÍTIO PARANATINGA NEWS, 31.10.2014

As quadrigêmeas da indígena Denir Campos, que descobriu a gravidez de quatro bebês durante o parto normal em agosto, estão juntas no mesmo quarto da maternidade Cândido Mariano, em Campo Grande. Há uma semana, Elizabete, que estava no Hospital Regional, foi transferida para a maternidade, onde já estavam Eliza, Elizete e Elizângela.



As bebês estão no setor do Projeto Canguru, onde três delas ainda precisam ganhar peso para atingir 2 quilos. Elizabete está com 2,070 kg,

Elizângela e Elizete pesam 1,7 kg e Eliza tem 1,4 kg. Segundo a equipe médica, elas estão saudáveis, não correm riscos e devem ter alta daqui duas semanas.

Enquanto isso, Denir e o pai das meninas, Odair Cândido, moram na maternidade e passam o dia cuidando das filhas. "Estou muito feliz de estar perto das minhas filhas. Não tem coisas melhor do que isso", afirmou Odair.

Denir disse que contou os dias para chegar o momento de ficar mais perto das bebês. "Faz dia que eu queria ficar junto delas. Me sinto feliz, né?", relatou.

Univitelinas, as quadrigêmeas nasceram no dia 28 de agosto, de 31 semanas, em um intervalo de 10 minutos entre elas, com pesos entre 890 gramas e 1,170 quilo.

Logo depois do parto, as bebês foram levadas para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal, onde permaneceram por cerca de um mês.

Depois foram transferidas para uma Unidade Intermediária (UI) e, em seguida, tiveram alta para ir para o quarto. Por conta da prematuridade, elas tiveram que passar por uma laserterapia nos olhos, para corrigir uma retinopatia e já enxergam normalmente.

Segundo a pediatra responsável pelas bebês, Camila Amaral Gonçalves, as meninas tem desenvolvimento neurológico normal. "Hoje elas têm um desenvolvimento neurológico normal, mas a gente precisa que isso seja acompanhado para garantir que no futuro sejam crianças que andem, caminhem, se desenvolvam e raciocinem", explicou.

CONT.

Diariamente, as meninas fazem fisioterapia para estimular o desenvolvimento da musculatura. Elas também tomam cinco tipos de vitaminas em dosagens e horários diferentes.

Os medicamentos são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas o leite não. Por dia, elas usam uma lata de leite de 800 gramas de uma fórmula especial.

Cada lata custa em média R\$ 60. No setor do projeto, cada bebê tem a sua planilha com cor diferente, para evitar a confusão. Além de Denir o pai das meninas, Odair Cândido, também ajuda a cuidar das meninas.

Oito filhas

O casal tem outras quatro filhas, de 4, 7, 10 e 12 anos, que moram em Anastácio. As meninas estão na fazenda com uma tia. A família mora em um barraco de dois cômodos, às margens da BR-262.

A renda da família depende do serviço de Odair, que é diarista em uma fazenda, já que Denir é dona de casa e não trabalha. Denir é mãe também de dois rapazes, de 18 e 19 anos, e uma menina de 22 anos, que não moram mais com ela.

Ajuda e doações

Por conta da condição financeira e social, a família das quadrigêmeas precisa de doações para as recém-nascidas, porque prepararam enxoval para gestação de gêmeas, apontada pelo único exame de ultrassom feito durante a gestação.

Por isso, uma campanha para recebimento de doações foi criada pela maternidade Cândido Mariano. A unidade informa que podem ser doadas fraldas. Roupas para meninas também serão aceitas. As doações podem ser feitas diretamente no hospital, localizado na rua Marechal Rondon, 2.644, Centro de Campo Grande.

Doações também podem ser feitas através de depósitos em dinheiro na conta poupança aberta por Odair. O número da agência é 4555 e da conta poupança é 0001958-6, na Caixa Econômica Federal, variação 13.



Culturas afrodescendente e indígena têm destaque em evento nacional na Bahia
SÍTIO REPÓRTER HOJE, 3.11.2013

O segundo dia do Seminário Nacional Mulher e Cultura, realizado nesta quarta-feira (29), começou com a mesa institucional formada pela secretária de Políticas Culturais do Ministério da Cultura (MinC), Márcia Rollemberg, representando a ministra de Cultura, Marta Suplicy; a secretária estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), Vera Lúcia Barbosa; e a coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres da Universidade Federal da Bahia (NEIM-Ufba), Rosângela Araújo.



O evento acontece até sexta-feira (31), no Complexo Cultural dos Barris, em Salvador.

A secretária Márcia Rollemberg apresentou as políticas culturais do governo federal, editais lançados pelo Ministério nos últimos anos e destacou a importância do evento para as políticas culturais em prol das mulheres. "Esse primeiro encontro serve de base para articularmos uma rede de pensar políticas culturais para as mulheres e a partir disso elaborar um documento que traduza as diversas atitudes e produção de cada cultura", frisou.

Rollemberg falou ainda sobre o Sistema Nacional de Cultura. "Consolidar as políticas de cultura que envolvam os municípios é fazer um importante pacto de cidadania e de diversidade cultural para a sociedade. E isso tem de ser feito numa rede solidária de serviços, conhecimento e de participação social, pois estas bases fortalecem o circuito e as ações de reconhecimento das produções artísticas", afirmou.

Tradição e contemporaneidade

Na continuidade, a primeira mesa de debate, com o tema 'Mulher, Tradição e Contemporaneidade', teve a participação da cacique Maria das Dores Florêncio, da Aldeia Juerana, em Coroa Vermelha-Bahia, atuante na luta pela garantia dos direitos dos povos tradicionais e seus territórios. A cacique é presidente do Conselho de Caciques Pataxó e Tupinambá e integra o Conselho de Saúde Indígena de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia. "Os livros didáticos contam a nossa história de forma equivocada, inclusive, afirmam que o povo pataxó foi todo dizimado, entretanto, eu sou um deles". Na questão territorial, a cacique falou dos desdobramentos da demarcação do território onde vive. "O meu marido morreu, sou

CONT.



cacique há nove anos, já lutei muito, mas não estou cansada. Um dia os tratores chegaram e derrubaram as nossas casas e deixaram tudo destruído, quando vi aquilo fui à luta pelo direito do meu povo, pois estavam entrando num espaço que não é deles”, lembrou.

Intermediando a Mesa, a indígena tupinambá do Território Sul da Bahia e membro do Conselho e da Articulação Indígena do estado, Nadia Akuã enfatizou que não se pode falar de oralidade sem se tratar da tradição cultural do povo indígena. “Nós mulheres precisamos sempre reafirmar o nosso gênero e a nossa função, porque, para a mulher indígena a coisa não é muito simples, já que estamos buscando e conquistando espaço na sociedade. A cultura e o conhecimento são as nossas bases, que referendarão as nossas inserções tanto na cultura como na educação”.

Por motivos de saúde, a yalorixá Beata de Iemanjá (RJ) não pôde comparecer ao evento, no qual seria uma das debatedoras, e foi representada pelo seu filho, Aderbal Ashogun, que exibiu trecho do documentário biográfico sobre a trajetória de Mãe Beata. A programação segue durante toda a tarde com a mesa “Mulheres e Cultura”, com o foco de discutir a trajetória de mulheres de diferentes regiões do país, que produzem e empreendem cultura em suas localidades.

Discriminação e preconceitos

A marca da discriminação enraizada nas diversas manifestações culturais, em especial nas ações desenvolvidas por mulheres, ainda é um entrave para o desenvolvimento humano, social, cultural. Posicionamentos como estes foram constatados e reforçados na tarde desta quarta-feira (29), durante as discussões realizadas na Mesa de Debate “Mulheres da Cultura”.

A troca de experiências com mulheres que, apesar dos desafios enfrentados, alcançaram visibilidade nacional e internacional por suas produções, começou com o depoimento da indígena do povo Omágua/Kambeba, compositora e escritora, Márcia Kambeba, que discorreu sobre sua pesquisa e luta em defesa da cultura, identidade e arte do seu povo. “A cultura é cíclica, latente e evolui, e nós mulheres temos que acompanhar, pois não somos objetos de antiquários, somos a força que sustenta e continua levando o conhecimento para nossas gerações”.

Sônia Terra, militante do Movimento Negro do Piauí, falou de sua história de vida enquanto negra, filha de doméstica, e da sua atuação frente à Fundação Cultural do Piauí, onde buscou demarcar o trabalho e a cultura da mulher negra. “Precisamos continuar demarcando nossos espaços, a cultura precisa chegar a mulheres que vivem nos mais longínquos espaços, pois só assim conseguiremos empoderar as que ainda vivem na base da pirâmide, sem espaços privilegiados”, disse ao afirmar que em qualquer lugar que esteja, lembra da essência de ser mulher e negra.

As discussões seguiram com Salete Maria, cordelista feminista cearense, professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, fazendo uma crítica às políticas culturais que, em sua maioria, não contemplam mulheres cordelistas. “Percebemos o descaso com a

CONT.



cultura cordelista, inclusive os editais não contemplam essas mulheres produtoras de cultura, realidade que precisa ser modificada no país". A mesa foi finalizada por Ana Maria Gonçalves, que fez um recorte histórico sobre o sentido da palavra 'cultura' e sua evolução ao longo da História. "Precisamos refletir na acepção da palavra "cultural", que tem sido utilizada, muitas vezes, para justificar a violência, abuso e discriminação contra a mulher". A Mesa foi mediada pela dirigente do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), órgão da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Arany Snatana.

O Seminário

O SNMC é uma realização da Fundação Pedro Calmon/Secretaria de Cultura/Bahia, com parceria do Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), da Universidade Federal da Bahia (Ufba), por meio do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-BA), da Secretaria de Comunicação (Secom-BA) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Toda programação do SNMC pode ser consultada no site.

Foto: Estandarte Photo e Vídeo



Tribo da Amazônia nega pertencer ao Brasil e inicia autodemarcação de território
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 31.10.2014

Indígenas Munduruku que vivem na região oeste do estado do Pará iniciaram um processo de autodemarcação daquilo que dizem ser "seu território". A ação foi iniciada no final da semana passada. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que apoia a ação dos índios, foram organizadas duas frentes de trabalho com 60 guerreiros do povo munduruku. O pequeno proto-exército já abriu mais de 5 km de picadas delimitando seu território.

A área reivindicada pelo povo Munduruku do Médio Tapajós abrange os municípios de Itaituba e Trairão, no Pará. Haroldo Espírito Santo, integrante do Cimi, afirmou que "foi uma decisão política diante de uma situação que não deixou outra saída". O procedimento de demarcação do território feito pela Funai se arrasta há 13 anos e no ano passado foi paralisado.

Nesta quinta-feira (30) vence o prazo dado pela Justiça Federal para que a Funai apreciasse e publicasse o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawré Muybu. O relatório está pronto desde 2013 e é etapa fundamental do processo de demarcação.

Diversas ONGs vem reforçando seus trabalhos junto ao povo Munduruku. Alguns funcionários dessas ONGs induzem a comportamentos como a da liderança Ademir Kaba Munduruku. Ademir diz que seu povo não é brasileiro, mas sim munduruku. Segundo ele, o Brasil é um invenção dos europeus, enquanto os munduruku e os indígenas em geral "já nasceram nessa terra antes do europeus chegarem nesse mundo".

Repare no vídeo, no tempo 0:29, que há uma voz no segundo plano (atrás da câmara) que coloca a palavra "território" na boca do indígena.

O interesse das ONGs está relacionada à última fronteira hidrelétrica do mundo, o Rio Tapajós. Manipular os munduruku é uma forma de criar entraves ao aproveitamento hidrelétrico do rio. Já fizemos essa denúncia aqui no post: A grande farsa Munduruku: [Entenda como o interesse internacional usa os índios contra o desenvolvimento do Brasil](#)



Deputados tentarão desengavetar CPI da Funai

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 31.10.2014

Aprovada em 2013 por meio de um requerimento (RCP 22/13) assinado por mais de 200 deputados, a CPI da Funai foi engavetada pelo Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, atendendo a pedido do Governo. Deputados ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária pretendem desengavetar a CPI e iniciar os trabalhos ainda este ano.

A Comissão Parlamentar de Inquérito nasceu com o objetivo de investigar a atuação da Funai nas demarcações de terras indígenas. No documento de justificativa, os parlamentares afirmam que cobrarão informações sobre os critérios usados pelos antropólogos nas demarcação de terras indígenas, os conflitos sociais e fundiários, o relacionamento da Funai organizações não governamentais (ONGs) internacionais, além da apuração de denúncias de fraudes nos processos de demarcação.

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), afirma que as demarcações de terras indígenas e quilombolas são feitas hoje com base no que ele chama de "fundamentalismo ideológico", que prejudicaria, inclusive, os próprios índios. "Quando há uma demarcação de terra, meia dúzia de caciques e comandantes toma conta dessa terra, alugam para terceiros, enriquecem; e os índios comandados ficam passando fome e miséria", afirmou o parlamentar.

Um dos focos da CPI, segundo Alceu Moreira, serão as suspeitas de fraudes nos laudos antropológicos que servem de base para as demarcações.

O líder da Minoria, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), também quer saber até que ponto as ações da Funai são influenciadas por ONGs internacionais, com riscos à soberania nacional. "Nós vamos debater a legislação; visitar in loco todas as áreas já demarcadas e outras que estão em processo (de demarcação); vamos investigar todos os processos que estão correndo", diz Leitão que foi reeleito como deputado mais votado no Mato Grosso por sua atuação na Questão Indígena.

Os signatários da CPI pretendem, agora, pressionar a Presidência da Câmara a fim de que a comissão seja instalada o mais rapidamente possível.

Comunidade Xucuru-Kariri recebe escola com completa infraestrutura

SÍTIO JORNAL DE ALAGOAS, 31.10.2014



Fonte: Agência Alagoas

Com instalações modernas, laboratório de informática, biblioteca, cozinha, espaço para recreação e salas confortáveis, a Escola Estadual Pajé Miguel Selestino, na Aldeia Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, foi entregue a comunidade indígena Xucuru-Kariri. A nova unidade de ensino, inaugurada nesta quinta-feira (30), conta com oito salas de aula e vai atender alunos da Educação Infantil, Jovens e Adultos (EJA), além dos Programa Mais Educação e Educação Especial.

Atendendo todas as recomendações preconizadas pelo Ministério da Educação (MEC), o Governo de Alagoas, por meio da Secretaria da Educação e do Esporte (SEE), investiu 700 mil reais e honra o compromisso assumido com as lideranças indígenas de Palmeira dos Índios, entregando um prédio com estrutura física que proporciona melhores condições de trabalho para professores e funcionários, além de conforto para cerca de 200 alunos.

A diretora-geral da Escola Estadual Pajé Miguel Selestino, Luci Souza, destaca que o novo prédio representa um antigo sonho da comunidade indígena e que muda, de forma significativa, o cenário vivenciado por alunos, professores e funcionários.

“Estamos vivendo um momento novo, uma nova realidade. As instalações da nova escola trazem benefícios para a comunidade escolar e para a aldeia, um ambiente favorável para o aprendizado de nossos alunos”, comemora Luci Souza.

A servidora Janaina Machado da Silva, que atua há cinco anos na Educação Infantil na aldeia Xucuru-Cariri, reconhece que a nova escola apresenta uma estrutura de qualidade, onde os

CONT.



alunos passam a dispor de um espaço adequado tanto para a aprendizagem, como para recreação e lazer. "Além de oferecer todas as condições para a prática de ensino, já percebemos que a nova escola tem contribuído para o melhor rendimento dos alunos", afirma.

Espaço para aprendizagem

Ana Maria, ex-aluna e conselheira da escola, foi a representante da aldeia responsável pela fiscalização e acompanhamento das obras da construção do novo prédio da Escola Estadual Pajé Miguel Selestino. Ela dividiu seu tempo como professora da rede municipal de ensino e também acompanhando o trabalho da construtora, responsável pelas obras.

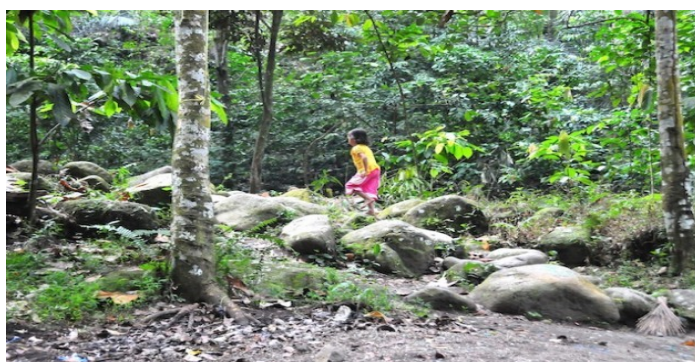
"Foram sete meses de muito trabalho e esforço, mas valeu a pena", ressalta Ana Maria, destacando o compromisso e sensibilidade do governador e da secretária da educação de Alagoas.

José Messias Filho, liderança da comunidade e integrante do conselho fiscal da escola, acredita que a nova escola entregue à comunidade indígena vai possibilitar uma educação de qualidade e que os alunos que estudam fora da comunidade vão retornar para a sua aldeia. "Foi uma conquista de todos. Essas melhorias contribuirão com a formação dos estudantes", comemora.

A diretora-geral Luci Souza explica ainda que o calendário escolar segue normalmente e que sua conclusão acontecerá no final de dezembro. Ela informa que para o próximo ano a meta é implantar diversas atividades com foco para o fortalecimento e o resgate da cultura indígena, a exemplo de danças, língua, religião, artesanato e agricultura. "Já temos demanda de professores e alunos para nossos projetos", afirma Luci Souza.

Indígenas, meros espectadores nas concessões de terras

SÍTIO ENVOLVERDE, 31.10.2014



Os povos indígenas que vivem em florestas tradicionais como esta na ilha de Lombok, na Indonésia, não são consultados quando essas terras são entregues a entidades comerciais.

Foto: Amantha Perera/IPS

Uma enorme fração das florestas e reservas naturais nos mercados emergentes é entregue em regime de concessão a empresas comerciais, ignorando os povos indígenas que ali vivem há gerações, afirma um estudo publicado ontem. "As concessões sem o conhecimento ou a aprovação das pessoas por elas afetadas diretamente é, obviamente, uma questão de direitos humanos de grave preocupação", afirma o estudo da Iniciativa de Direitos e Recursos (RRI), uma organização com sede em Washington.

Ao mesmo tempo, "também pode ter um impacto financeiro real, que não preocupa apenas as empresas com operações no lugar", pontua o documento. Também diz que as comunidades indígenas habitam mais de 99% das terras utilizadas pelas empresas comerciais mediante concessões que, em alguns casos, correspondem a grandes extensões do território nacional.

No Peru, esse número chega a 40% do território, enquanto na Indonésia equivale a 30%, ou, aproximadamente, 500 mil quilômetros quadrados. "Na maioria dos casos os governos sentem que é mais fácil e simples trabalhar sem a participação das comunidades indígenas", apontou Bryson Ogden, analista da RRI. Enquanto empresas e governos chegam a um acordo sobre as terras como se estivessem desabitadas, quando se inicia o trabalho dos projetos comerciais, sempre há um choque com a população para quem essa terra é seu lar tradicional.

O prejuízo econômico resultante desses enfrentamentos pode chegar a milhões de dólares. Um recente artigo da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos diz que uma companhia – que não identifica – relatou perdas de US\$ 100 milhões em um só ano, devido às paralisações forçadas pelo conflito com a comunidade local.

CONT.



Uma investigação econômica, intitulada *Os Conflitos Expressam o Risco Ambiental e Social em Custos Empresariais*, da Bolsa de Valores da Austrália, realizada em 2012 pela empresa financeira Credit Suisse, identificou um impacto negativo de US\$ 21,4 bilhões australianos no preço das ações de empresas afetadas pelos conflitos. Para Ogden, apesar dessas perdas, a tendência mundial continua sendo a de deixar de lado as populações indígenas ao serem feitos os acordos de concessão. “Continuam invisíveis na maioria desses contratos”, ressaltou.

Essa invisibilidade no papel pode ser fatal na terra. Em Kalimantan do Sul, a parte indonésia da ilha de Bornéu, houve graves incidentes de violência entre a polícia e os ativistas durante um protesto este mês, contou à IPS a ativista Mina Setra, subsecretária-geral da Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago (Aman), da Indonésia. Esses fatos não são exceção. No começo deste ano, uma investigação da organização ecologista Global Witness concluiu que, entre 2002 e 2013, morreram de forma violenta 903 pessoas dedicadas a proteger o ambiente.

Durante o período investigado, 41 pessoas perderam a vida nas Filipinas por sua oposição aos interesses dos mineradores. No Brasil, somente em 2012, cerca de 68% de todos os assassinatos vinculados à terra foram resultado de disputas pelo desmatamento na Amazônia. Os ativistas que enfrentavam processos judiciais careciam de redes locais e internacionais que pudessem ajudá-los, acrescenta o documento.

“O problema é que ainda não há reconhecimento dos direitos dos povos indígenas”, afirmou Setra. Com ajuda de outras organizações ambientalistas, a Aman pressionou por quatro anos o parlamento indonésio para que adaptasse uma lei de reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas. A aprovação da iniciativa estava prevista para este mês, mas o governo mudou, bem como os funcionários no poder. “Agora voltamos à estaca zero”, lamentou.

Por seu lado, Ogden disse haver indícios de que algumas transnacionais começam a considerar os direitos das comunidades indígenas sobre suas terras, mas Setra afirmou que, enquanto não houver reconhecimento jurídico, é improvável que os acordos comerciais os contemplem. “As empresas nos perguntam sob quais termos se pode reconhecer essas comunidades, e não temos uma resposta efetiva enquanto não houver uma lei”, acrescentou.

Para os ativistas, trabalhar nessa ambigüidade pode ser fatal. Um exemplo é o caso de Aleta Baun, ativista de Timor Leste, a parte indonésia da ilha de Timor, que em 2000 começou uma campanha para deter as operações de mineração que afetavam a vida dos molos, a tribo à qual pertence. Ela foi atacada, apunhalada e ameaçada de morte e violação. “A maior parte do tempo trabalhamos sem nenhum tipo de proteção e enfrentamos organizações com muito dinheiro e apoio estatal”, afirmou a ganhadora do Prêmio Ambiental Goldman de 2013.

No município brasileiro de Paracatu, em Minas Gerais, a maior operação de mineração de ouro do país, dirigida pela empresa Kinross com investimento total superior a US\$ 570 milhões, os conflitos com a população indígena interromperam o trabalho em várias ocasiões desde 2008. As partes assinaram novo acordo em 2010, que permitiu o reinício das operações no ano seguinte.

CONT.



No Peru, dois projetos de represas nos rios Tambo e Ene foram abandonados depois dos prolongados protestos e das medidas legais promovidos pela comunidade indígena ashaninka, que afirmava que as obras afastariam de seus lares entre oito mil e dez mil pessoas. Em 2008, os protestos das comunidades locais obrigaram o grupo Tata a se retirar de um investimento de US\$ 350 milhões no Estado indiano de Bengala Ocidental, onde pretendia produzir automóveis Nano.

Os direitos da comunidade às florestas e outras reservas naturais são um fator cada vez mais importante para as operações comerciais, segundo o informe da RRI. "As populações locais são uma espécie de contraparte não reconhecida nos contratos de concessão, que frequentemente utilizam mecanismos legais para resolver suas reclamações com os concessionários", acrescenta.

Para a RRI, "isso sugere que os direitos das comunidades locais sobre uma área têm um peso legal apreciável, embora os órgãos governamentais e os concessionários não lhes deem grande importância nas condições de seus acordos". Envolverde/IPS (IPS)



SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO INDÍGENA
SÍTIO CIRCUITO MATO GROSSO, 31.10.2014

Anna Maria Ribeiro Costa

Aconteceu no dia 16 de outubro, no Univag Centro Universitário, o seminário Serviço Social e a questão indígena: uma reflexão crítica necessária. A temática foi proposta por Angelita Gonçalves, Aparecida Gomes, Gabriela Andrade, Kallita Anjos, Letícia Flávia e Suzyanny Anjos, alunas do 7º semestre, em cumprimento à disciplina Seminário Temático Aberto: questões emergentes da profissão, ministrada pela professora Cláudia Fernanda Galdino Delgado Figueiredo, do curso de Serviço Social, coordenado pela professora Terezina Fátima Paes de Arruda.

As alunas, na relação do Serviço Social com a questão indígena, como parte introdutória, contestaram imagens estereotipadas sobre os indígenas. Justificaram a data comemorativa do Dia do Índio, proposta em 1940 por lideranças indígenas durante o I Congresso Indigenista Interamericano, no México. Também foram disponibilizados dados censitários de 2010, divulgados pelo IBGE que computou 817.693 indígenas no país. Os artigos 231 e 232 da Constituição Federal e a Lei 11.645/2008 foram postos em discussão.

Essas informações foram associadas às políticas públicas que atendem aos indígenas, juntas aos princípios norteadores da profissão do assistente social que devem se comprometer com as etnias indígenas. O Código de Ética da Assistência Social prega um posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Também se empenha em eliminar todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças.

Sob a égide do Código de Ética, o seminário Serviço Social e a questão indígena: uma reflexão crítica necessária contribuiu de forma ímpar ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.